



Entrevista com José Rivair Macedo

Entrevista: Vicente Fonseca

Transcrição da entrevista: Andrielle Prates

Fotos: Ramon Moser

Revista da Extensão: Professor Rivair, vamos iniciar falando sobre sua trajetória até chegar à UFRGS.

José Rivair Macedo: Sou paranaense de nascimento, nasci na cidade de Umuarama. Sou filho de pais mineiros que viveram algum tempo no Paraná, nos anos 1950 e 1960, e passei minha adolescência e o início da maturidade em São Paulo. Lá eu tive a minha formação de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, inclusive pós-graduação. Vim para o Rio Grande do Sul em 1993, especificamente para trabalhar, em função de aprovação em concurso, e nesses 25 anos que estou aqui fecha-se um ciclo de conhecimento e adaptações, enfim, com o Rio Grande do Sul. Cheguei à UFRGS para trabalhar no Departamento de História do Setor de História da Cultura. A minha formação inicial era em estudos europeus; minha tese de doutorado é em história medieval, área em que atuei até 2011. Daí em diante, comecei a criar no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História um setor de história da África, com disciplinas ministradas, orientações e pesquisas de produtividade específicas sobre estudos africanos. Junto à Pró-Reitoria de Extensão, mais especificamente com o DEDS, eu venho atuando desde 2007 em vários projetos e parcerias que vêm se fortalecendo ao longo dos anos.

Revista da Extensão: O senhor iniciou sua trajetória estudando cultura europeia, mas mudou posteriormente seu foco de interesse para

a África. Quando é que houve essa mudança de direcionamento? Porque são assuntos completamente diferentes, envolvendo culturas muito distintas.

José Rivair Macedo: Eu apresentei a minha produção acadêmica em 2015 para a obtenção de titulação e ali, naquele momento, foi necessário preparar um memorial descritivo. Esta preparação me permitiu ter um perfil da minha carreira e eu observei, então, em retrospecto, que essa mudança foi gradual. Eu poderia dizer que de 1993 até 2001 eu tive preocupações convencionais de pesquisador em estudos europeus, trabalhando com temas relacionados à Idade Média Ocidental Clássica (França, Alemanha, Inglaterra). A partir de 2001, os meus interesses começaram a se deslocar para a Península Ibérica, mais especificamente interessado por questões étnico-raciais, que tinham a ver com relações entre cristãos e muçulmanos. Isso, para mim, constitui a porta de entrada para a África: uma vez que estamos falando de muçulmanos na Península Ibérica, estamos falando em mouros.

Revista da Extensão: É uma perspectiva quase que geográfica (risos).

José Rivair Macedo: Sim, geográfica. Eu costumo dizer, brincando, que o meu deslocamento da Europa para a África foi gradual. Até 2001, permaneci com o medievalista clássico; de 2001 em diante, me direcionei para a Península Ibérica; e, a seguir, atravessei o mediterrâneo

com estudo sobre Magreb. Depois do Deserto do Saara não tem volta, é um mergulho completo no Continente Negro (risos).

Revista da Extensão: A sua trajetória tem pesquisa, extensão, Europa e África. É uma trajetória bem distinta do comum. Até que ponto o seu conhecimento em estudos europeus contribuiu para os estudos sobre a África?

José Rivair Macedo: Essa é uma questão bem interessante, porque no Brasil os estudos africanos vêm se desenvolvendo a partir de interações de pesquisas entre uma perspectiva atlântica e o continente africano. Na maior parte das vezes, as pessoas que se interessam pelos estudos africanos vêm de uma formação de pesquisa em história do Brasil Colonial, em História do Brasil ou em História do Continente Americano. Como a minha formação foi em estudos europeus, o meu foco de atenção sempre foi mais dirigido para outras áreas do continente africano, que

não o Atlântico. Primeiro, porque eu tenho a consciência de que essa relação de Velho Mundo-Novo Mundo a partir de um olhar atlântico já está sendo muito bem feita. Mas faltam outros olhares, outros direcionamentos de medidas de pesquisa e, neste caso, de fato, a formação em estudos europeus foi muito importante, porque no período da história da África que me interessa, que em geral é o anterior à colonização, há muitos elementos das metodologias e dos conceitos desenvolvidos em estudos europeus que podem ser pontos de comparação ou pelo menos pontos de partida para entender a complexidade das sociedades africanas. Nós não temos até aí essa grande discrepância de sociedades industrializadas ou profundamente urbanizadas no ocidente com sociedades não industrializadas ou rurais na África, pelo contrário. Estruturalmente, a distância tecnológica, e a política também, entre as sociedades africanas e as sociedades europeias, não é tão grande. Então, eu diria que, nesse sentido, o meu olhar se torna privilegiado,



embora eu nunca tenha caído na cilada de pensar que com um instrumental conceitual e teórico desenvolvido para entender as sociedades europeias eu pudesse entender a África. Esse talvez tenha sido o primeiro cuidado metodológico que eu tomei no momento em que decidi mudar de área, porque algumas pessoas não mudam de área: elas fazem história antiga ou fazem história medieval ou história moderna e pesquisam sobre a África. Para mim, é um grande equívoco você pensar que pode aplicar conceitos e categorias mentais não africanas para entender as sociedades africanas, até porque a conexão entre essas categorias e as realidades observadas não será boa ou poderá gerar ruídos de comunicação.

Revista da Extensão: Na verdade, o único ponto que vejo em comum entre Idade Média e África seria o fato de ambas serem marcadas por sociedades totalmente descentralizadas. Na Idade Média existiam feudos e a figura do rei era muito fraca, enquanto que na África, no período que o senhor estuda, vemos um continente habitado por milhares de povos diferentes...

José Rivair Macedo: É, exato. Acho que a inexistência de um Estado moderno centralizado, de formas institucionais calcadas na prática da escrita, de fato, cria possibilidades de aproximação de sociedades europeias com sociedades africanas naquele momento. Há outro elemento também que permite não a aproximação, mas uma comparação: o fato de o jogo entre centralização e descentralização, ou entre dinâmicas locais na Europa e dinâmicas locais na África com formas culturais englobantes, acontecer dos dois lados do Mediterrâneo. No caso da Europa, esse jogo vai se dar a partir de um conceito de comunidade internacional representada pelo Cristianismo, enquanto que no caso da África isso, com exceção da Etiópia e da Núbia, isso não se coloca. Talvez, no caso africano, o que mais se aproximaria desse caráter internacional seria a presença do Islã em diferentes sociedades do continente e a partir do século VII, mas aí há uma série de diferenças das formas de interações

de sociedades islamizadas com o Islã do que sociedades cristianizadas com o Cristianismo lido por uma Igreja, e uma série de processos que encaminham de qualquer modo para ideias de centralização que não aconteceram no continente africano. Existem muitos elementos que permitem comparações, mas eu procuro evitá-las.

Revista da Extensão: Na verdade, eu só coloquei isso como curiosidade, pois é o único ponto em comum que eu consigo identificar entre os dois temas.

José Rivair Macedo: Sim, é verdade. Parece que epistemologicamente o ideal é que se possa partir das realidades africanas e tentar compreender os códigos culturais, as instituições, as formas sociais, originárias e locais para, a partir delas, compreender as formações estatais, as formações sociais do continente, em períodos que, necessariamente, a relação com a Europa não estava dada. Foi dada depois, e em detrimento, muitas vezes, dessa sociedade, da originalidade dessas sociedades africanas. Agora, aí eu quero voltar em um ponto em que você havia levantado, que eu achei significativo: até passar a me dedicar aos estudos africanos, eu me sentia profissionalmente dividido. Eu sou pesquisador do CNPQ desde 1995, tenho uma carreira como pesquisador na Universidade constituída, tanto quanto a carreira como docente. Mas embora eu compreenda isso, portanto, não deixo de perceber a centralidade da função docente, do papel docente e desse papel interconectado com a sociedade. São exigências diferentes, e eu me sentia até algum tempo atrás em débito com essa função docente específica, esse papel formador e divulgador, também, de conhecimento. Confesso que, ao estudar Idade Média e as sociedades europeias, eu não me sentia estimulado o suficiente para ver nos resultados das minhas pesquisas questões ou reflexões que pudessem ter uma interação mais direta com a sociedade. Então, na medida em que a minha formação era em estudos europeus, eu me sentia dividido entre uma carreira profissional como pesquisador e

uma outra como docente e extensionista, porque neste segundo papel eu procurava responder a essas demandas sociais, produzindo material didático ou paradidático, participando de eventos, dando palestras. No momento a partir do qual, através das parcerias com o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, eu pude me dirigir mais para o campo de estudos africanos e afro-brasileiros, senti que esse distanciamento diminuiu, porque efetivamente o que eu passei a fazer como pesquisador se tornou mais próximo do que eu continuei a fazer como professor, como orientador e também como extensionista. Eu sinto que hoje essa aparente dualidade ou dicotomia desapareceu, o que não significa que diminuiu o trabalho – pelo contrário, aumentou.

Revista da Extensão: Então, como Idade Média e realidade atual são dois temas de difícil aproximação, poderíamos dizer que a África aproximou o senhor da Extensão e da comunidade?

José Rivair Macedo: Bem, se enfocássemos a África como um objeto de estudo apenas, um campo específico, com particularidades

e especificidades, tanto quanto o campo dos estudos europeus, haveria distância também. Claro, existiriam diferenças específicas, de formação, de técnicas, operações, análises, referências conceituais, mas não necessariamente o salto que eu gostaria realizar profissionalmente. Parece-me que esse salto e essa mudança tiveram a ver com o quanto eu passei a valorizar a necessidade de um repensar epistemológico do lugar da África e dos africanos na sociedade brasileira. Eu tendo cada vez mais, inclusive, a pensar que a chave não está na África: está nos africanos. E cada vez mais penso que a África é onde estão os africanos. Se pensarmos nela como um continente, com toda a diversidade que ele tem, ainda assim parecerá algo distante, quando, na verdade, a África está muito presente nas manifestações culturais, formas de pensamentos, tradições e costumes de lá ou de fora, com as ressignificações e adaptações que o tempo e as diferenças ambientais e espaciais provocam. Essa noção de proximidade de realidades africanas invisibilizadas na nossa autoimagem social me mobilizou bastante, pois entendo que nunca compreenderemos efetivamente a sociedade brasileira se partirmos das matrizes que são enaltecidas e criadas na



escola, pela instituição escola – afinal, trata-se de uma matriz tendencialmente europeizada. Independente de o foco de atenção do conteúdo ser a Europa ou não, a forma, as categorias de pensamento, os conceitos e o modo de pensar seguem um padrão europeu, ocidental. Então, enquanto isso continuar a acontecer, nós não compreenderemos a sociedade brasileira em sua diversidade. Esse dado me chamou a atenção para o quanto a distância entre a sociedade observada nas ruas e a existente em meios fechados, privilegiados, estudantis ou em universidades brasileiras traz uma alienação. Vejo a sociedade brasileira como uma sociedade alienada, uma vez que as partes dela estão desconexas, em lugares diferentes, com qualidades diferentes, algumas sendo mais reconhecidas e outras menos. Então, estudar os africanos em condição de diáspora me pareceu que seria uma maneira de contribuir num processo muito maior, que já vinha sendo desenvolvido há muito mais tempo por movimentos sociais, pesquisadores, professores, sobretudo comprometidos em fortalecer esse movimento, essa tendência de desenvolver uma educação antirracista e um pensamento antirracista também, pois é de racismo que estamos falando.

Revista da Extensão: Até porque mais metade dos brasileiros são negros ou pardos.

José Rivair Macedo: Exatamente.

Revista da Extensão: Ou seja, uma metade da população não enxerga a outra...

José Rivair Macedo: Assim como a dimensão indígena, também. Enquanto não se considerar a diversidade étnica, a diversidade racial, ou a diversidade étnico-racial implicada na dimensão afrodescendente ou na dimensão indígena, tenho a impressão de que essa resignificação permanece. Parece-me que essa é uma chave. Então, a partir daí, embora eu continue com a carreira de pesquisador acadêmico, meus projetos atuais são: história da África, sociedades africanas antigas,

e histórias e sociedades distanciadas da Bacia do Níger. Também me interessam bastante as questões relacionadas à Etiópia. Embora eu tenha a carreira como pesquisador nos moldes tipicamente de erudição e produção de conhecimento convencional, digamos assim, percebo que a conexão dessa trajetória como docente formador e como docente promotor de extensão é não somente um movimento da Universidade para a sociedade, mas também de ouvir essa sociedade, uma vez que tenho procurado (nos meus projetos, atividades e parcerias) aprender a ouvir aquilo que tem sido feito o tempo inteiro sobre a África, fora dos nossos muros – muito perto do nosso mundo, mas fora dele. Isso é feito por lideranças religiosas, por intelectuais negros não integrados ao mundo universitário, nas tradições, nos costumes. Buscar trazer isso para dentro da Universidade.

Revista da Extensão: O senhor falou há pouco em racismo, um crime que, nas últimas décadas, tem sido cada vez menos tolerado aqui no Brasil, no sentido de que as pessoas se atentam bastante quando há alguma manifestação abertamente racista. No entanto, existe a questão do racismo estrutural, que o senhor já muito bem exemplificou ao falar que no colégio, por exemplo, nós praticamente não estudamos a África, nem nos aprofundamos nas causas e consequências da escravização dos africanos pelos europeus, por exemplo. O senhor percebe algum tipo de evolução em relação a este tema nos últimos anos?

José Rivair Macedo: Com certeza ainda precisamos evoluir bastante. A sociedade brasileira é muito mais racista do que ela própria admite. Eu diria que nos últimos 20 anos, de meados dos anos 1990 para cá, passaram a haver políticas institucionais antirracistas: com a criação de secretarias, departamentos, seções dos poderes públicos dedicados a políticas antirracistas, a exteriorização do racismo brasileiro se tornou maior, e a reação a ele também. Mas, embora tudo isso tenha acontecido, ainda falta muito.

Certamente porque o modelo de relação racial brasileira é um modelo particular, que se retroalimenta na aparente invisibilidade.

Revista da Extensão: Aquela ideia de que o brasileiro é cordial?

José Rivair Macedo: Sim. A questão da cordialidade brasileira dificulta para as autoridades a identificação imediata do racismo, a não ser por quem é vítima. Isso já sugere, também, certa falta de vontade de identificar e tomar as medidas que têm de ser tomadas. Alguns já disseram que o racismo no Brasil é um crime perfeito, porque, embora ele não seja aparentemente visível, os efeitos dele são visíveis, e catastróficos para uma parcela significativa da sociedade. Uma parcela negra, pobre, excluída de acesso a condições de oportunidades. Nesse sentido, o racismo é uma questão urgente para que a sociedade brasileira possa se completar. Vejo que ela não completou ainda, e só se completará quando a noção de cidadania for abrangente. Cada vez mais me incomoda a palavra “inclusão”, pois ela dá a ideia de que, portanto, tem gente de fora. Não se trata de inclusão, mas de reconhecimento, e um reconhecimento da afirmação de pessoas que estão aí o tempo inteiro, de grupos que fazem, contribuem, e não são valorizados nem reconhecidos como deveriam. Essas são pautas que vêm sendo reivindicadas há bastante tempo, que precisam ser ouvidas. Há ainda outro elemento que também parece importante para entender o porquê da demora em avançarmos para modelos diferenciados de relações raciais: o fato de a sociedade brasileira imaginar que incluindo, concedendo certos espaços, basta para resolver a diferença racial. Isso, na verdade, constitui novos pequenos guetos. Conseguimos ao longo dos anos inserir na agenda da Universidade a Semana da África, um espaço de discussão sobre o continente, os africanos e os afrodescendentes, mas o que nós esperamos sempre é que a Universidade não imagine que o espaço deva ser só esse. Claro, é um espaço privilegiado, mas ele deve ser sempre, ao longo do ano, diariamente. Eu observo rotinas

de trabalhos porque, enquanto pensarmos que a demanda está atendida, teremos apenas uma Semana da África, uma semana de Consciência Negra. Reparo que ao longo dos anos, quando chega novembro, certas pessoas vinculadas aos estudos raciais, aos movimentos sociais, não têm agenda suficiente para atender a tantos convites, pois todos acontecem na metade do mês, já que 20 de novembro é o “grande dia”. Não quero dizer que não tenha de haver... tem! Mas os convites tinham de ocorrer o ano todo, o debate deveria ser constante. Não é um debate para ser feito em um momento só.

Revista da Extensão: Aquele famoso “vamos parar tudo para ouvir o que este grupo tem a dizer”...

José Rivair Macedo: Exato, aquele pequeno espacinho. Essa guetificação cultural é problemática e já mostra como funciona o racismo no Brasil. Ao achar que com isso se atende às diferenças e desigualdades existentes, a sociedade está demonstrando o que ela sempre fez: manter determinados grupos em lugares onde eles não constituíam efetivamente uma ameaça, ou seja, não colocavam em causa ou em pauta uma noção de predominância, de hegemonia, que outros grupos têm. Isso tem de ser quebrado, e lentamente. Sinto que a ocupação de espaço intelectual por jovens negros e negras nas universidades, em espaços públicos de trabalho, contribui para uma ruptura dessa guetificação. Mas ainda assim é um processo lento, que demora algum tempo.

Revista da Extensão: A sua trajetória pessoal reúne Ensino, Pesquisa e Extensão, o que é muito raro. São coisas interligadas, claro, mas é difícil encontrarmos alguém que tenha tanto pesquisa como extensão fortes em sua trajetória. No que o senhor considera que uma contribui com a outra?

José Rivair Macedo: Percebo que há, de fato, um trabalho nas três dimensões. Talvez o que permita o desenvolvimento dessa atividade conjunta seja a escolha dos temas de pesquisa. Eu

os escolho não pelo que eles possam representar para determinados grupos ou linhas de fomento, mas pelo que possam representar socialmente. Nesse sentido, aquilo que estou pesquisando raramente está desconectado de atividades capazes de serem desenvolvidas na extensão ou em cursos de graduação – não falo de cursos obrigatórios, mas de disciplinas de formação. Por exemplo: como pesquisador, tenho dedicado atenção à constituição de certas sociedades africanas, mais especificamente da área da bacia do Rio Níger, nos séculos XV e XVII, mas também me dedico a pensar formas de interpretação das sociedades tradicionais e contemporâneas. Disso, resultaram cursos de extensão sobre pensamento africano – uma das Semanas da África chamou-se “Pensamento Africano Contemporâneo”. Coordeno a rede de estudos africanos no ILEA, cujo nome era “Sociedades Africanas no Passado e no Presente”. Então, essas coisas vão se

articulando, não as vejo como atividades isoladas. Talvez a dificuldade seja conseguir casar esses eventos, e esse casamento parece que dá certo se a motivação não estiver na minha preferência, mas sim em temas que de fato possam relevância maior do que simplesmente ser um objeto de estudo. Acho que é por aí que vai a questão. Por outro lado, como docente, na parte do ensino, me dou o direito de escolher determinados assuntos. Mas, como orientador, não condiciono meus orientandos a pesquisar o que me interessa. O que me dá mais trabalho, certamente. Tenho dezenas de orientandos, e os assuntos são os mais variados possíveis. Deles, alguns trabalham com Frantz Fanon, então ao mesmo tempo eu oriento um trabalho sobre Fanon e a Revolução Argelina, mas também sobre a relação entre núbios e egípcios e o Império Songhai, ou um trabalho de marinheiros africanos em diáspora. Entendo que o condicionamento ao meu interesse de



pesquisa me daria menos trabalho, me permitiria uma interlocução até mais qualificada com meus orientandos, mas, por outro lado, me dificultaria a percepção de tantas questões importantes para estar dialogando, trazendo e colocando para a sociedade. Acho que é por isso que eu consigo dar conta dessas coisas todas.

Revista da Extensão: E o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos da UFRGS)? Podemos dizer que seu trabalho neste Núcleo, aqui no DEDS, e com a Semana da África são a base de sua trajetória na extensão?

José Rivair Macedo: Sim, é verdade. Eu me aproximei no DEDS em 2007. Desde então, realizamos vários projetos, alguns no âmbito do UniÁfrica, que é um programa governamental destinado a fomentar pesquisa e produção de material didático ou de formação para o ensino de história da África, dos africanos e dos afro-brasileiros, e a educação das relações étnico-raciais. Tenho feito com muito prazer e satisfação esse trabalho, e valorizo muito esta parceria. O DEDS é um espaço de acolhimento muito qualificado, muito bem estruturado dentro da Universidade, que permite aos trabalhos uma dimensão social bastante grande, pelas parcerias que o departamento tem com diferentes grupos e representações fora do espaço universitário, junto às prefeituras, à Secretaria de Educação, aos movimentos sociais, às comunidades quilombolas. Sinto-me gratificado de integrar uma dessas parcerias e, por conta disso, achamos em determinado momento que a organização de um NEAB pudesse ser um passo além. O DEDS representa a Universidade fora dela; os NEABs, em suas respectivas universidades. Mas o DEDS, por estar vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, tem um limite de não estar ligado diretamente à pesquisa, nem à docência. O NEAB, então, poderia abrir espaço de atuação por esses dois caminhos: a pesquisa e a extensão. É nisso que eu vejo a diferença de trabalho que o NEAB pode desenvolver em relação ao DEDS. Ainda assim, nossa primeira gestão do Núcleo começou

em 2014 e encerrou agora em maio de 2018, e a minha sensação é que o NEAB, na UFRGS, ainda não conseguiu se descolar completamente de um trabalho que o DEDS já desenvolvia. Fizemos algumas coisas no campo da graduação. Sinto que o trabalho mais significativo foi o apoio para a criação da primeira edição da disciplina “Encontro de Saberes”, cujas coordenadoras são as professoras Ana Tettamanzy e Luciana Prass, ambas vinculadas ao NEAB e parceiras do DEDS. Talvez o que o Núcleo possa ter produzido de diferente foi a criação de um banco de dados sobre pesquisa acadêmica realizada na UFRGS em estudos afro-brasileiros, indígenas e africanos, o chamado Observatório de Pesquisa do NEAB, que realizamos no ano passado. Nada disso é tão importante quanto o trabalho que vem sendo desenvolvido há muito mais tempo pelo DEDS, que tem repercussões fora da Universidade. Mas entendemos que o NEAB é um órgão cujo foco deve ser direcionado para várias frentes. O primeiro limite que nós tínhamos, dentre muitos, é o de que não temos uma sede própria. Realizamos em geral as atividades no DEDS. Talvez o primeiro desafio da próxima gestão seja criar uma identidade específica para o NEAB, um espaço físico para ele, uma agenda específica – coisas que, talvez por conta justamente das parcerias com o DEDS e da importância que ele tem, nós acabamos não conseguindo fazer nessa primeira gestão.

Revista da Extensão: O NEAB é extremamente complexo, pois abrange estudos de diferentes culturas – não só de africanos, mas também de indígenas. Além disso, abarca todo o tripé da Universidade, unindo Ensino, Pesquisa e Extensão. Não está nesta complexidade, talvez, a maior dificuldade de o NEAB poder enfim ter a sua própria cara?

José Rivair Macedo: Sim. Outra questão é que em algumas universidades o NEAB representa um papel que fica diluído em outros setores tão importantes quanto ele próprio. Muitos dos trabalhos desenvolvidos em NEABs de universidades

menores acabam sendo os que a Comissão de Ações Afirmativas (CAF) desenvolvem aqui na UFRGS. A CAF é um órgão importante, necessário, eu inclusive integro o próprio Conselho Consultivo dela, mas ela representa uma parte do que os NEABs representam em suas respectivas universidades, e o DEDES representa outra parte. Então, talvez pelo tamanho e pela importância da UFRGS, parte do que os outros NEABs estão fazendo já era feito em lugares diferentes aqui dentro. E aqueles que vierem a assumir esse espaço físico do Núcleo terão de ser criativos, inteligentes e perspicazes o suficiente para verificar como dar a ele uma identidade própria, que não repita o que já está sendo feito em outros lugares e que apresente um passo adiante. Nós tentamos fazer isso, na medida do possível, e conseguimos. Acho que obtivemos resultados importantes, assim como a própria realização da Semana da África, que começou com o DEDES, mas vem sempre sendo realizado em parceria conosco desde 2014.

Revista da Extensão: E o que falar sobre a Semana da África? É um evento de extrema importância, que virou referência no tema.

José Rivair Macedo: É um evento que ganhou uma dimensão muito significativa não só dentro da Universidade, mas fora dela. É um evento que chama não somente público para assistir, mas também para apresentar trabalhos de outras universidades, inclusive de outros estados. Isso nos deixa muito satisfeitos. Se isso acontece, certamente é pelo impacto causado pela qualidade do trabalho da organização, pela forma como o evento é concebido, e também pela urgência e necessidade de o tema ser tratado. Temos desde o início da realização da Semana da África nos esforçado para dar ao evento um caráter coletivo, como parece ser o caminho para um evento que reflete um continente marcado por extrema diversidade e por ideias de coletividade muito fortes. Por isso, evitamos sempre um caráter muito acadêmico, que reflita os interesses ou escolhas de uma ou de poucas pessoas. Talvez

essa também seja outra razão que explique o sentido que a Semana da África assumiu. O fato é que a cada ano aumenta nossa responsabilidade. Os temas têm sido muito satisfatórios. Acho que ainda há muito que discutir sobre o continente e seus povos, sociedades e diásporas. E é por esse caminho que nós pretendemos seguir. Sempre o que será definido para a programação aparece em reuniões preparatórias, que ocorrem em geral em janeiro, e depende muito de quem são os parceiros, as pessoas que vêm, participam, sugerem e dão a configuração que cada uma das Semanas da África tem. Cada uma delas trouxe particularidades incríveis.